



**Cristovam diz que é necessário analisar contas das empresas**

# Candidato do PT quer rever tarifa caso seja eleito

O candidato do PT ao GDF, professor Cristovam Buarque, anunciou ontem que, caso vença as eleições de outubro, não haverá qualquer aumento das tarifas de ônibus em Brasília, antes que sua equipe faça um minucioso estudo nas contas das empresas de transportes coletivos. "Vamos querer ter em mãos a margem de lucro dessas empresas, para só então tomarmos as medidas necessárias", disse o candidato petista, depois de prever que esta análise deverá durar uns 45 dias.

Outro ponto destacado por Cristovam Buarque foi com relação à participação dos usuários nas discussões sobre os aumentos dos ônibus. "Todos os meses, o governo aumenta as passagens sem ouvir a opinião da população", reclama, garantindo que, no seu eventual governo, os brasilienses saberão o por que de cada uma das majorações. "Respeitaremos o público, pois hoje há um total desrespeito aos usuários", disse. Quanto ao fato de os empresários alegarem que os aumentos acontecem para pagar o reajuste dos empregados, Cristovam comentou. "Se é este o motivo, de

fato, a opinião pública precisa conhecer".

O candidato do PT ressaltou ainda que acha pouco provável que o motivo dos aumentos sejam os reajustes dos rodoviários. "Se fosse assim, o dinheiro que um dos empresários do setor dispõe não daria para comprar uma companhia de avião", disse referindo-se ao dono da Vasp, Wagner Conhedo. Cristovam disse ainda que uma das preocupações do governo do PT será justamente descobrir o percentual que as empresas gastam com salários. "Eles fazem total mistério sobre o assunto", assinalou.

Ao rebater o comentário irônico do governador Joaquim Roriz de que "o PT não sabe o que diz", o candidato petista recorreu às denúncias da CPI do Orçamento. "Um governador que acha normal ser processado pela Polícia Federal é que não sabe o que diz". Cristovam voltou a falar também que durante o governo do PT "não vai tirar um centavo das verbas destinadas à educação e saúde para pagar dívidas de empresas de fora de Brasília.